

Os açorianos no Rio Grande do Sul

Autor(a): Véra Lucia Maciel Barroso | **Saiba mais sobre o(a) autor(a)**

Tema: História

Subtema: História do Brasil

Referência geográfica do conteúdo: Porto Alegre, Brasil

Data de publicação: 07/09/2008

Referência da Primeira Publicação:

Revista Atlântida do Instituto Açoriano de Cultura/IAC (1ª versão)

Línguas disponíveis: Português

RESUMO

O texto aborda a presença açoriana no povoamento do Rio Grande do Sul/Brasil, a partir do século XVIII. Apresenta, também, aspectos da cultura açoriana presentes na cultura regional. Permite vislumbrar a importância dos açorianos na formação social e cultural do estado, situado no extremo-sul do Brasil.

CONTEÚDO

Ao ensejo dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil (1500-2000) importa demarcar a dimensão da sua presença na formação étnica do Rio Grande do Sul (RS).

O exame da historiografia regional, especialmente a produzida nas duas últimas décadas, permite constatar que, das etnias formadoras da sociedade gaúcha, os alemães e os italianos foram especialmente as estudadas.

Os alemães, quando das comemorações do sesquicentenário (1974) de sua chegada receberam por parte dos pesquisadores grande atenção, do que resultaram importantes trabalhos publicados naquele momento, e que muito contribuíram para clarear a atuação dos teutos na construção do nosso Estado.

Diferente não foi com relação aos italianos. Inúmeros trabalhos foram trazidos à luz em 1975, quando do centenário da sua presença no RS. Somados a estes esforços, os alunos dos cursos de pós-graduação, através das suas dissertações de mestrado e teses de doutoramento, também a partir da década de 1970, muitos deles escolheram como seu objeto de pesquisa a atuação dos teutos ou dos italianos na nossa formação.

Igualmente, vieram à lume, muitas publicações contendo fontes documentais acerca destas duas etnias, publicadas especialmente pela EST edições, acessando aos historiadores o seu instrumental por excelência que são as fontes documentais. Com elas identificadas e transcritas, o pesquisador avança caminho.

Se este é o cenário dos alemães e italianos chegados ao Rio Grande do Sul no século XIX, respectivamente a partir de 1824 e 1875, diferente é a realidade acerca dos açorianos trazidos à Capitania no século XVIII. Deles, pouquíssimo sabemos, e suas fontes, ao contrário das demais, estão esparsas. É que a área sul-rio-grandense se constituiu inicialmente em palco de guerras intermitentes. E é neste cenário que chegaram os açorianos. Diante desta realidade a própria documentação gerada pelos órgãos na nascente Capitania foi gestada de tal forma que os pesquisadores têm que realizar uma tarefa do tipo "encontrar agulha no palheiro".

Consequentemente, a produção do conhecimento acerca dos ilhéus é pobre, tanto é que existem mais perguntas/interrogações do que respostas acerca da dimensão da presença açoriana na formação do Rio Grande do Sul. Trabalhar, pois, sobre a sua participação na construção do RS constitui um instigante desafio, especialmente na atual conjuntura quando o olhar dos brasileiros se volta para Portugal, na tentativa de demarcar a dimensão de sua lusitanidade, onde os açorianos se encontram.

O exame da cultura sul-rio-grandense denuncia marcas importantes da presença açoriana na construção da sua identidade. Urge, pois, demarcá-las.

Açorianos - os portugueses ilhéus na História do Rio Grande do Sul

Localizado no extremo meridional do Brasil, o estado do Rio Grande do Sul tem uma história marcada por especificidades e uma singularidade que o diferencia sobremaneira dos demais estados brasileiros.

Conquistado tardiamente dos espanhóis (eis sua singularidade), os portugueses empreenderam a ocupação do espaço sul-rio-grandense com empenho, especialmente a partir do século XVIII, através de uma disputa militar com sucessivos confrontos, contracenados por tratados que objetivavam acomodar os interesses dos dois estados europeus na América.

Eis que o tratado de Madrid de 1750 que determinava a entrega da área das Missões a Portugal, em contrapartida legitimava à Espanha, a Colônia do Sacramento, posto avançado que a Coroa Portuguesa fundara em frente à Buenos Aires, em 1680, para pôr em prática o ousado sonho, de fazer do Rio da Prata o limite natural de sua possessão frente ao de Espanha, na América Meridional.

Com esta realidade de avanço para além do que rezava o Tratado de Tordesilhas (1494), Portugal, de imediato, projetou garantir as novas terras conquistadas com povoadores a seu serviço, visto que a área missioneira até então reunia jesuítas a serviço da Espanha, através de aldeamentos indígenas - os Sete Povos das Missões.

Do arquipélago dos Açores, ilhas situadas no Atlântico norte, a noroeste da África já vinham chegando açorianos desde a década de 1740 para alimentar a lógica defensiva que Portugal procurava desenvolver na área sulina. Igualmente, ilhéus já estavam localizados na Colônia do Sacramento, Maldonado e imediações, cumprindo o papel de povoadores e defensores dos interesses portugueses na área em disputa.

Assim, para garantir o Tratado de Madrid foi dada a ordem para virem casais de número à então Capitania do Rio Grande de São Pedro, correspondendo à necessidade de aliviarem as ilhas dos Açores superpovoadas, cuja carência de alimentos era uma realidade. Do outro lado do mar, no sul do Brasil, havia falta de braços e de "defensores". Nessa conjuntura favorável começaram a chegar pelo Porto de Rio Grande, em 1752, os açorianos ao Rio Grande do Sul.

Segundo dados estatísticos até agora não bem esclarecidos, porque contraditórios, cerca de 350, para uns, 585 casais açorianos, para outros, entraram, então, no RS, número distante do projeto real de enviar 4 mil casais.

A ordem era transportá-los além de Rio Pardo, retaguarda militar portuguesa para a demarcação dos limites, situando os açorianos na área missioneira com o fim de ali exercerem o papel de cunha, de retaguarda garantidora do domínio português na região. Esta era a real função que então lhes era imposta - a de serem soldados a serviço de Portugal.

Entretanto, as resistências ao tratado aconteceram. A confirmar a Guerra Guarânica, um verdadeiro manifesto indígena de que esta terra era deles, acima da disputa colonialista que os submetia.

Na espera das demarcações e resistências, os açorianos foram se fixando, plantando e produzindo.

Anulado o Tratado de Madrid, em 1761, com o Tratado de El Pardo, caía por terra o projeto de colonização açoriana no oeste missioneiro.

A seguir, a invasão espanhola de 1763 sobre a vila de Rio Grande forçou o processo de fuga das imediações, quando então os açorianos se espalharam em várias direções, reassentando-se, nesta circunstância de conflito. Assim, muitos se fixaram em núcleos portugueses já existentes como em Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio (Osório), somando-se aos ilhéus, já instalados, migrados via Litoral Norte, de núcleos açoritais de Santa Catarina. Outros deram origem a novos núcleos povoadores como Encruzilhada, Triunfo e Taquari, esta projetada pelo Governador da Capitania, Custódio de Sá e Faria, em 1764.

Para o Porto do Dorneles (atual Porto Alegre), vértice do ângulo que unia as duas fronteiras, a do mar (Rio Grande) e a da terra (Rio Pardo) foram levados 60 casais. Ali instalados povoam as chácaras com trigo e outros cereais. Em datas de 272 ha, a pequena propriedade era implantada na Capitania, contrastando com o latifúndio, com cerca de 13.000ha, já lastreado em grande parte do leste sulino. Neste cenário despontava o Porto dos Casais, como importante centro abastecedor de alimentos da região, agora configurada como uma sociedade de classes que se estruturava e que paulatinamente foi sendo consolidada.

Com os açorianos se implantava a agricultura no Rio Grande do sul, que passou não só a fornecer alimentos para o mercado local, como a render lucros à coroa portuguesa com a crescente exportação da produção tritícola. Eis em Porto Alegre, os moinhos de vento e as azenhas a moerem o grão, fruto da faina açoriana.

Entretanto, muito foram feitos soldados, na defesa das terras portuguesas no sul. E pelos serviços militares prestados era realizado o pagamento com a doação de uma ou mais sesmarias. Surgia então o açoriano- estancieiro.

Se de um lado tal ascensão acontecia, muitos outros açorianos tiveram, ao contrário, suas pequenas propriedades tomadas e incorporadas, à já grande propriedade de muitos estancieiros.

É neste clima de tensão que se avizinha em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso. Com ele perdia Portugal a área missioneira e a Colônia do Sacramento. Entretanto, apesar do tratado, Portugal passou a conceder mais terras, através de cartas de sesmarias, avançando os seus domínios na direção oeste. A saída, para tanto, viável, era pelo menos incorporar através da política de concessão de sesmarias, o amplo território missioneiro, cenário projetado para os açorianos quando do Tratado de Madrid. Sem dúvida aquela era uma estratégia eficaz e sem ônus para a Coroa, na medida em que o sesmeiro ao ganhar a propriedade, tratava logo de transformar sua posse numa verdadeira fortaleza. Assim, ao resguardar seus bens estava também garantindo a posse portuguesa na área em conquista.

Com este projeto, Portugal, sem descanso foi concedendo terras na direção oeste. Ao iniciar o século XIX, em maio de 1801, um servidor da coroa espanhola no Rio Grande do Sul, Félix de Azara, fundador da primitiva povoação de São Gabriel, percebeu o perigo que a Espanha estava correndo. Escreveu ele ao rei, a Memória Rural do Rio da Prata, na qual destaca que estabelecimentos portugueses estavam sendo espalhados em seus domínios. E alertava ele - se não forem tomadas providências urgentes, estabelecendo ali núcleos espanhóis, em menos de quatro anos terá a Espanha perdido a posse do referido território.

Todavia o alerta de Azara fora tardio. Não quatro anos, mas quatro meses após, as Missões eram conquistadas definitivamente para Portugal. A partir daí o território do Rio Grande do Sul é domínio luso, e como tal incorporado, consolidou raízes que vinham sendo implantadas ao longo do processo de conquista. Certo é que no número populacional do RS, do final do século XVIII, mais de 50% é originário das ilhas.

Mas, afinal, quais raízes nos legaram os portugueses, do continente e das ilhas?

- A própria estrutura fundiária que deu base à organização da sociedade de classes, com grandes proprietários (os estancieiros - lusos do Continente, especialmente), e pequenos proprietários (os ilhéus dos Açores) no Rio Grande do Sul. Na verdade, a realidade concreta e contraditória da luta pela terra no RS começa com os 1^{os} colonizadores, os lusos continentais e os das ilhas açorianas. Do seu trabalho, o germe do "celeiro", cognome dado à Província no século XIX, por abastecer de alimentos o Brasil.

Vale destacar que o latifúndio (de 10 a 13.000 ha - a sesmaria) que dominou a formação social do Rio Grande do Sul foi o recurso da conquista, do avanço da terra; e o minifúndio (de 272 ha - a data) foi o mantenedor com a ocupação intensiva. O sesmeiro, que fazia de sua sesmaria um verdadeiro quartel militar teve com o colono açorita, o abastecedor de alimentos, e também, o soldado/agregado que a seu serviço lutou na defesa de sua posse.

- A língua, por outro lado, é um legado vivo através de expressões e falares lusos (do Continente e transplantados para as ilhas dos Açores). Palavras do vocabulário sul-rio-grandense exemplificam: riba ou arriba (acima), samear (semear), depois (depois), saluçu (solução), premeter (prometer), folgo (fôlego), amenhã (amanhã), alumiar (iluminar), alevantar (levantar), alembra (lembrar), arreceio (receio), milhor (melhor), varar (cruzar o rio), escuitar (escutar). Destacam-se as denominações: dona (senhora) e peão (empregado).

- A literatura oral gestada nos Açores é também visibilizada no nosso cotidiano, nos diversos espaços, através de adágios (provérbios ou ditados populares), de adivinhas, parlendas lendas e poesia popular. Para exemplificar, "Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura" e suas variantes no RS. Aqui destaca-se também as cantigas de roda, passadas de geração a geração, geração, os ditos das benzeduras para os vários males, e os falórios nos diversos ritos religiosos (do batizado ao rito fúnebre).

- Os brinquedos e brincadeiras infantis, em nosso meio, são os de herança portuguesa na sua maioria. Quem não brincou de "gato e rato", "sapata", "cabra ou gata cega", ou andou com pernas de pau, jogou no céu pandorgas (as pipas ou papagaios), e jogou dominó ?

- A religiosidade manifesta no catolicismo arraigado é visível através dos nomes de muitos povoados estabelecidos no Rio Grande do Sul no século XVIII. Logo que assentados/ arranchados, os continentais ou ilhéus tratavam de edificar uma capelinha ao santo devoto. A comprovar, os nomes dos primeiros núcleos populacionais como: SANTO ANTÔNIO da Patrulha, NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO do Arroio, SÃO FRANCISCO DE PAULA de Cima da serra, NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO de Rio Pardo e tantos outros.

Dentre as devoções destacam-se a de Nosso Senhor dos Passos, com solenes procissões, e a de São Miguel e Almas. Estas e outras devoções estão ligadas às irmandades, muitas delas vinculadas às Santas Casas, genuinamente um legado português. Para as festas de Corpus Christi, a arte orna o casario com suas janelas, fazendo das ruas um verdadeiro tapete, em que até hoje os ilhéus, com destaque, os da Terceira se orgulham de fazer.

De outro lado, a religiosidade popular é visível nas benzeduras da medicina caseira.

Nas festas juninas, São João e Santo Antônio, quer nas ilhas, como aqui em alguns municípios do RS, são festejados com muitas brincadeiras, especialmente de sorte, e folguedos que fazem a alegria dos seus participantes.

As festas natalinas com presépio e reisado é outra herança transplantada. Igualmente, as cavalhadas, revividas no império português, celebravam a luta entre os mouros e cristãos no processo de preservação X reconquista do território lusitano, e que na contemporaneidade ainda estão preservadas, especialmente quando dos festejos do Divino. Esta é uma marca fortemente açoriana, e que ainda até o presente os ilhéus transformam seus impérios do Divino em palco vivo das suas tradições religiosas, vivamente celebradas através de seus cortejos. No RS, a folia com visitação da bandeira às casas, está neste final de século sendo reintroduzida nas festas do Divino, prática que temporariamente esteve abolida diante da modernidade dos anos 1970-80.

- Dentre as danças gauchescas, com influência açoriana, nas suas variantes destacam-se: o pezinho, a chimarrita, a tirana do lenço, a quero - mana, o anu e o balajo.

- A arquitetura portuguesa, depois adaptada pelos ilhéus às suas necessidades, também está presente no Rio Grande do Sul, através de exemplares ainda preservados em alguns municípios como: Rio Pardo, Triunfo, Santo Amaro, Santo Antônio da Patrulha e outros. Neles, o casario luso- açoriano, os sobrados com as telhas portuguesas, e no seu interior os oratórios aos seus santos devotos se sobressaem diante das construções modernas. Lamentável a demolição de alguns exemplares arquitetônicos, edificados em Porto Alegre sob a coordenação dos mestres de obras açorianos, os irmãos José Batista Soares da Silveira e João Batista Soares da Silveira, oriundos da Ilha de São Jorge. Empregando muitos trabalhadores, a maioria escravos, eles construíram o tradicional edifício Malakof, demolido na década de 1960, a Cadeia ou Casa de Correção (também demolida), além da Ponte de Pedra do Riacho, felizmente conservada, estas na capital, e em Gravataí, a Igreja da Aldeia dos Anjos.

- O município, a vila, a freguesia, herança romana deixada em Portugal foi igualmente transplantada para os Açores, como ao Brasil, constituindo-se na célula eclesiástica e político-administrativa dos povoados pioneiros do RS.

- E a culinária? Pratos de nosso cotidiano reafirmam a herança lusa (dos continentais e ilhéus) como os cosidos e fervidos. A açorda é apreciada por muitos que repassam às novas gerações o gosto por este prato, ainda preservado.

A doçaria é riquíssima, preparada de várias formas que resultam em apreciadas guloseimas, disputadas nos cafés. A lista é grande. A exemplificar: pão-de-ló, arroz doce, ovos moles, suspiros, rosquetes e rosquinhas, sonhos, doces com frutas, etc, além de pães variados, sovados e batidos, em formatos diversos.

No artesanato, a tecelagem se destaca, especialmente feita com fibras vegetais, trançadas ou tramadas, resultando em utensílios, como cestos, à venda nas barracas à beira da estrada no litoral gaúcho. Além do cipó e da taquara, já tradicionais, o emprego da folha da bananeira vem resultando em belos trabalhos, com destaque no interior de Santo Antônio da Patrulha, na localidade do Evaristo. Vale destacar as flores de papel, variadas e de muitas cores, confeccionadas para adornar as festas, como para louvar os mortos, em belas coroas depositadas nos cemitérios.

É inquestionável que na formação da sociedade sul-rio-grandense estejam presentes marcas da açorianidade, para além das lusas do continente, fincadas ao longo do seu processo histórico, em meio ao embate militar intermitente, mas que não prescindiu das influências da cultura açorita, contribuição esta, cujo reconhecimento na atualidade está ganhando elucidação por conta de trabalhos esclarecedores, como o do saudoso historiador Moacyr Domingues, a quem dedico o presente trabalho. A ele devemos a reafirmação comprovada por seu trabalho genealógico, confirmado pela metodologia da Demografia Histórica, da real presença dos açorianos na cultura gaúcha, junto às outras etnias que chegaram no século XIX, somado aos que aqui estavam, os índios.

Identificar as marcas dos ilhéus, entre nós, é mais que reconhecer sua contribuição e legado. É sim respeitar as nossas raízes reveladas pela história, sustentada em fontes devidamente examinadas e interpretadas.